

Empresa nacional terá privilégio em lei

BRASÍLIA — Ficou garantida, ontem, pela Constituinte, a preferência às empresas brasileiras de capital nacional na aquisição de bens e serviços pelo Poder Público. Mas a vitória dos "nacionalistas" não foi total. O plenário decidiu que o Congresso deverá disciplinar o princípio em lei ordinária, para evitar abusos. Emenda neste sentido, do Senador Severo Gomes (PMDB-SP), recebeu 367 votos a favor, 37 contra e cinco abstenções. Pouco antes, fora rejeitada, por 288 votos a 103 e 12 abstenções, proposta do Deputado Ronaldo Cezar Coelho (PSDB-RJ) que suprimia o dispositivo.

O encaminhamento da votação foi marcado por acusações mútuas de envolvimento com empreiteiras brasileiras ou com multinacionais, partidas de "moderados" e "nacionalistas". O Líder do PFL, Deputado José Joureño (BA), foi o primeiro a denunciar.

— O lobby que circulou na Constituinte para manter o texto foi o lobby das empreiteiras que financiam a campanha eleitoral de alguns constituintes. Elas são uma fonte permanente de recursos.

O Deputado Luiz Salomão (PDT-

RJ) retrucou:

— O Líder do PFL acusa com a experiência que deve ter na Bahia, onde os constituintes foram abordados diretamente pelas multinacionais para suprimir este dispositivo.

Já o Deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), coordenador do Centrão, foi ao microfone de apartes e, na condição de Presidente de uma associação nacional de empreiteiras, desautorizou as denúncias sobre o envolvimento destas empresas no lobby a favor do dispositivo.

De manhã, quase saíra um acordo entre as Lideranças, mas fora inviabilizado pelo PL, que insistia na manutenção do texto, quando até mesmo o PT aceitara a proposta alternativa do PFL, que restringia a alguns casos o privilégio às empresas de capital nacional: "Na aquisição de bens e serviços pelo Poder Público, a lei dará preferência à empresa brasileira e, nos casos e na forma que especificar, à empresa brasileira da capital nacional". Segundo o Deputado José Lins (PFL-CE), este dispositivo garantiria a proteção ao "produto brasileiro", enquanto a emenda aprovada, da Liderança do PMDB, protege apenas o capital nacional.

Os Deputados Ronaldo Cezar Coelho e Wladimir Palmeira (PT-RJ), desempenharam um papel importante na articulação do acordo. Disseram ao PFL que aceitariam sua emenda em troca da supressão da expressão "sucessivamente", num artigo sobre a reforma urbana, o que facilitaria desapropriações nas cidades. A bancada do PT fechou com a troca. Mas o Líder do PL, Deputado Adolpho de Oliveira (RJ), vetou:

— Eles entregavam a empresa nacional, enquanto a direita entregava a propriedade urbana.

O Deputado Luís Eduardo (PFL-BA) o criticou duramente:

— O Adolpho é um falso liberal. O que ele entende mesmo é de cartório, de isenção de impostos — referindo-se ao fato de o Deputado ser proprietário de cartório.

As acusações não pararam por aí. O Líder do PFL, José Lourenço, comunicou ao Líder do PDC, José Maria Eymael (SP), que recebera oferta em dinheiro de empreiteiras.

Irado, o Deputado Nélton Friedrich (PSDB-PR), contestou:

— Pior do que os "gringos" que nos compram, são os brasileiros que nos vendem.

Com 'stress', Deputada é retirada do plenário

BRASÍLIA — A ausência dos médicos de plantão no plenário retardou o atendimento à Deputada Raquel Cândido (PFL-RO), que, ao se sentir mal durante a sessão, teve de ser levada ao gabinete da Liderança do PDT, para receber socorros. O Líder do PDT, Deputado Brandão Monteiro (RJ), denunciou, do microfone de apartes, a precariedade do serviço médico, que pôs em risco a vida da Deputada, abalada pelo stress causado pelas votações contínuas.

Em São Paulo, a fonoaudióloga Carmen Regina Minuzzi, do Centro Auditivo Siemens, informou que uma pesquisa feita por ela no Congresso Nacional revelou que os trabalhos estão causando problemas auditivos, rouquidão progressiva e dificuldades res-



O Deputado Müller entrega a Ulysses um "soco inglês"

piratórias na maioria dos Deputados. Quando os temas em discussão são considerados polêmicos, como o da reforma agrária, o nível de ruído oscila entre 102 e 126 decibéis, superior à decolagem de um avião Boeing, a 70 metros de dis-

tância.

Segundo a fonoaudióloga, as discussões acirradas em torno da nova Constituição, a inobservância da proibição de fumar no recinto, o problema da reverberação provocada pelo teto de granito, à falta de um

tratamento acústico adequado, são as principais causas dos problemas. Carmen Regina disse que o homem só pode tolerar até 80 decibéis durante oito horas.

Ontem, pouco depois da votação do capítulo da Reforma Agrária, o Deputado Amaury Müller (PDT-RS) levou ao Presidente Ulysses Guimarães um "soco inglês" encontrado entre as cadeiras dos Líderes do PFL e do PTB.

Exaltado, Müller acusou integrantes do Centrão, afirmando que "eles falam em paz no campo, mas vêm para o plenário preparados para resolver a questão pela força". O Corregedor da segurança, Deputado Jorge Arbage (PDS-PA), ficou encarregado de investigar a origem do "soco inglês".

Área produtiva fora da reforma agrária

BRASÍLIA — Os "moderados" obtiveram ontem sua primeira vitória significativa no segundo turno da Constituinte. Com as galerias repletas de representantes da UDR, o plenário deixou as terras produtivas, assim como as pequenas e médias propriedades rurais, fora da reforma agrária. Os parlamentares rejeitaram emenda do Líder do PMDB, Deputado Nélson Jobim (RS), que alterava o texto do inciso II do artigo 190, aprovado no primeiro turno.

Haviam sido apresentadas 18 emendas, mas seus autores as retiraram e privilegiaram a de Jobim, destacada pelo Senador Ronan Tito (PMDB-MG). Em sua defesa, Jobim argumentou que o projeto de Constituição pecava por indefinição:

— Estabelecemos que serão desapropriadas terras improdutivas, que não serão desapropriadas terras produtivas que cumpram sua função social e não definimos o tratamento às terras produtivas que não cumpram suas funções sociais.

Foi derrotado por 233 votos, contra 186 e 11 abstenções.

As terras produtivas já estão protegidas pelo parágrafo único, que lhes garante tratamento especial, a ser delineado na legislação ordinária, desde que cumpram função social. Esta, segundo o artigo 191, será cumprida por meio de aproveitamento racional, utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente, observando-se a legislação trabalhista e a exploração que garanta o bem estar de proprietários e trabalhadores.

O pagamento das desapropriações será efetuado em títulos da dívida agrária, resgatáveis num prazo mínimo de dois e máximo de 20 anos. As benfeitorias serão compensadas em dinheiro. A nova Carta torna mais rápido o processo de desapropriação legal, definindo que os recursos às ações propostas pela União terão rito sumário, regulamentado em lei complementar. As transferências de propriedade, nestes casos, serão isentas de impostos.



Representantes da UDR festejam, carregando seu líder Ronaldo Caiado

UDR vai trabalhar por quem a apoiou

Eufrórico com o resultado da votação que manteve a não desapropriação de terras produtivas para fins de reforma agrária, o Presidente da UDR, Ronaldo Caiado, anunciou o empenho dos ruralistas na campanha para a eleição de prefeitos e vereadores ligados aos parlamentares que apoiaram as suas teses na Constituinte.

— Vou percorrer o Brasil inteiro pedindo votos para os candidatos que esses parlamentares me indicarem — disse Caiado, enquanto dezenas de ruralistas o aplaudiam.

— Vitória, vitória — gritou Caiado no momento em que o painel eletrônico mostrou o resultado da votação.

Ele deixou as galerias para ir ao encontro de outro grupo de ruralistas, cujos integrantes, sem terno e gravata, estavam na rampa do Congresso. Foi recebido com palmas e carregado. Em seguida, todos cantaram o Hino Nacional, comemorando a vitória.

Ronaldo Caiado disse que os 233 votos reiterados contra a desapropriação de terras produtivas mos-

tram que a UDR tem maioria também para a elaboração da legislação ordinária, conforme seus princípios.

— Será a próxima batalha, mas desde já temos a certeza da vitória. Não somos daqueles que nadam, nadam, e depois morrem na praia. Vamos ancorar nossos barcos — acrescentou.

No plenário trabalharam na mobilização de parlamentares para a votação os Deputados Ricardo Fiúza, Luís Eduardo Magalhães e Alysson Paulinelli, do PFL, e Rosa Prata, do PMDB.